



BOLETIM ECONÔMICO NUPE - UNIFOR

Vol. 5, N. 2, junho/2024



BOLETIM ECONÔMICO NUPE - UNIFOR

Vol. 5, N. 2, junho/2024

Reitoria

Reitor Randal Martins Pompeu

Vice-reitoria de Graduação

Vice-reitora Maria Clara Cavalcante Bugarim

Diretora do Centro de Ciências da Comunicação e Gestão - CCG UNIFOR

Profa. Danielle Batista Coimbra

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Prof. Felipe Albuquerque Sobral e Silva

Coordenador do Curso de Economia UNIFOR

Prof. Allisson David de Oliveira Martins

Coordenador do Núcleo de Pesquisas Econômicas -
NUPE

Prof. Nicolino Trompieri Neto

Curso de Economia UNIFOR / Professor



APRESENTAÇÃO

A Universidade de Fortaleza – Unifor, na sua missão de “contribuir para o desenvolvimento humano por meio da formação de profissionais de excelência e da produção do conhecimento”, reconhecida entre as melhores instituições de ensino superior do mundo, avança mais uma etapa, na seara de estudos econômicos, ao estruturar documento econômico fundamentado em bases científicas sólidas e robustas.

O Núcleo de Pesquisas Econômicas - Nupe, vinculado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade de Fortaleza, tem a satisfação de apresentar à sociedade cearense mais um número do Boletim Econômico, publicação que analisa o desempenho das economias, no mundo e brasileira, e em especial do Ceará. O Boletim Econômico Nupe é elaborado pelos alunos da disciplina Técnicas em Pesquisas Econômicas, com a orientação e supervisão dos professores do Núcleo de Pesquisas Econômicas - Nupe. Nosso boletim oferece à sociedade cearense, por meio de uma linguagem simples e acessível, informações que contribuem para um maior entendimento da situação presente e das perspectivas da economia para os próximos anos, e, dessa forma, colabora para a formação de uma sociedade reflexiva e de senso crítico, capaz de promover as transformações econômicas e sociais necessárias para a tão almejada arrancada do processo de desenvolvimento econômico do nosso País.

Essa 44ª edição do Boletim Econômico inicia com o artigo de opinião assinado por Davi Meirelles Leitão, egresso do curso de Ciências Econômicas da Universidade de Fortaleza, intitulado **“A Indexação Como Estratégia de Investimento na Renda Variável Nacional por 10 Anos”**. Na sequência da presente edição o leitor encontrará um panorama sobre a economia internacional e nacional com projeções do PIB das principais economias para o biênio 2024-2025; o comportamento da taxa de câmbio, da Selic, da inflação e do mercado de trabalho. Destaque especial no presente documento para as previsões elaboradas para o PIB do Brasil e do Ceará para os anos de 2024 e 2025 em três cenários possíveis: pessimista, provável e otimista.

Boa Leitura!

OPINIÃO:

A INDEXAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO NA RENDA VARIÁVEL NACIONAL POR 10 ANOS

Davi Meirelles Leitão ¹

Na última década, o Brasil enfrentou uma série de crises econômicas, estagnação, alta inflação e os chamados "voos de galinha" – períodos de crescimento econômico breve e insustentável. Este contexto minou a confiança dos brasileiros na economia e, conseqüentemente, nos investimentos em renda variável. Diante dessa adversidade, tornou-se imperativo encontrar estratégias de investimento que oferecessem proteção contra a inflação e proporcionassem ganhos consistentes, mesmo em tempos de incerteza econômica.

Para abordar essa desconfiança, foi proposta a validação de uma estratégia de investimentos em ações que fosse simples e capaz de gerar ganhos superiores à inflação, protegendo o patrimônio dos brasileiros durante períodos de instabilidade econômica. A estratégia escolhida foi a indexação em índices do mercado financeiro, baseada no modelo de Bogle (2020).

Segundo Bogle (2020), a indexação em índices da Bolsa de Valores é a melhor forma de investir passivamente, proporcionando ganhos positivos ao investidor em renda variável. Para testar essa teoria, foram selecionados os principais índices da Bolsa de Valores Brasileira (B3): Índice Bovespa (IBOV), Índice Brasil 100 (IBrX 100), Índice Brasil 50 (IBrX 50 B3), Índice de Consumo (ICON), Índice Carbono Eficiente (ICO2), Índice Dividendos (IDIV), Índice de Energia Elétrica (IEE), Índice Financeiro (IFNC), Índice de Materiais Básicos (IMAT), Índice Imobiliário (IMOB), Índice Industrial (INDX), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), Índice Small Cap (SMLL) e Índice Utilidade Pública (UTIL).

Durante os últimos 10 anos, de 12 de maio de 2014 a 12 de maio de 2024, foi simulada a situação de um investidor individual aplicando R\$ 1.000,00 em cada um desses índices, com o objetivo de observar o desempenho de cada um e entender como cada setor da economia brasileira se comportou. Os resultados foram os seguintes: UTIL: 274,83%, IMAT: 259,21%, IEE: 223,65%, IFNC: 159,27%, IDIV: 154,75%, IBrX 100: 142,78%, IBOV: 136,40%, IBrX 50: 135,96%, INDX: 93,90%, ICO2: 87,71%, SMLL: 68,68%, ISE: 40,05%, IMOB: 32,62%, ICON: 12,45%.

Considerando a inflação do período, que foi de 75,69% segundo o Banco Central, apenas quatro índices não conseguiram preservar o poder de compra do patrimônio do investidor (SMLL: 68,68%, ISE: 40,05%, IMOB: 32,62%, ICON: 12,45%).

Ao calcular a média dos resultados de todos os índices, um investidor que tivesse diversificado igualmente entre eles teria obtido uma rentabilidade de 130,16%, significativamente acima da inflação, garantindo um ganho real satisfatório e proteção do patrimônio. Notavelmente, o Índice Bovespa (IBOV), que compila as principais ações da Bolsa de Valores Brasileira, apresentou uma rentabilidade de 136,40%, aproximadamente 6% superior à média dos outros índices, além de ser uma opção mais simples e acessível para o investidor comum.

Em conclusão, a estratégia de indexação em índices mostrou-se eficaz nos últimos 10 anos, superando a inflação e proporcionando um retorno real considerável. Além disso, investir em um único índice, como o IBOV, se destacou como uma abordagem simplificada e eficiente para refletir o comportamento médio das ações das empresas listadas na B3, facilitando o processo de investimento para o público em geral.

¹ Graduado em Ciências Econômicas pela Unifor.

CENÁRIO MUNDIAL

O cenário econômico global se apresenta com perspectivas cautelosas, marcado por incertezas e desafios. Elaborado com base nas informações fornecidas pela consultoria britânica Euromonitor, o Gráfico 1 expõe as projeções do Produto Interno Bruto (PIB) para os anos de 2024 e 2025, bem como o resultado apresentado no ano 2023 de alguns países selecionados. A guerra na Ucrânia, a persistência da inflação, as disrupções nas cadeias de suprimentos, a eleição presidencial americana e a desaceleração da economia chinesa, são alguns dos fatores que configuram um ambiente complexo para o crescimento global.

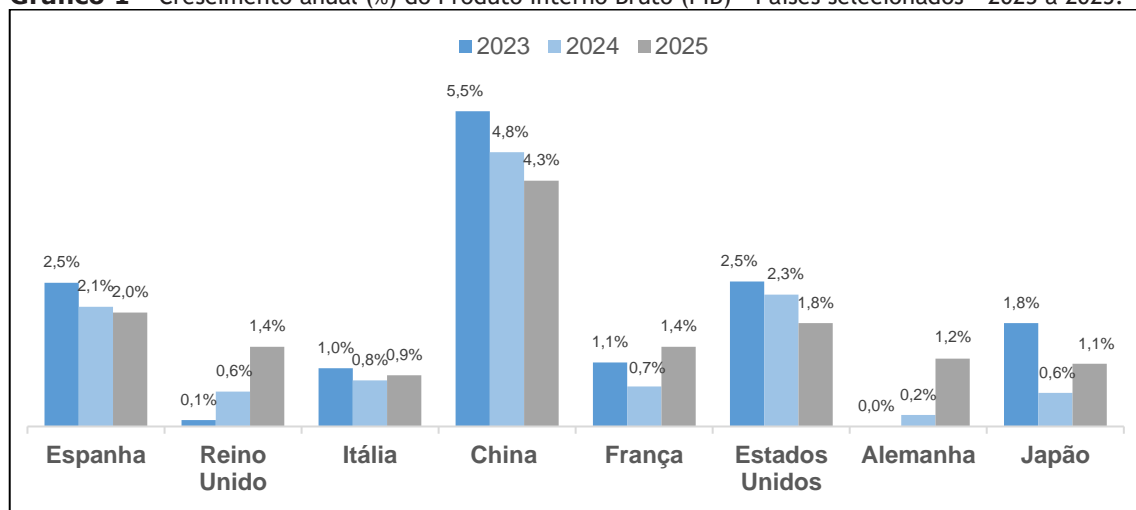
A China, segunda maior economia do mundo, projeta um crescimento moderado para os próximos anos, no comparativo com o resultado de 2023, que foi de 5,5%. Contudo, as taxas de crescimento projetadas continuam significativas, sendo de 4,8% para 2024 e 4,3% em 2025. Condições como a desaceleração do mercado imobiliário e as tensões geopolíticas com os EUA, principalmente no âmbito comercial e tecnológico, impactam negativamente as estimativas de crescimento. O país busca um modelo de crescimento mais sustentável e focado no consumo interno.

A economia americana apresentou crescimento de 2,5% em 2023. As expectativas para os anos subsequentes projetam crescimento do PIB em 2,3% e 1,8% para 2024 e 2025, respectivamente. O contexto para a desaceleração econômica baseia-se, entre outros fatores, nas decisões do Federal Reserve de manter juros elevados, no intuito de conter a inflação. Vale destacar que o consumo das famílias e os investimentos em negócios continuam sendo os principais motores para o crescimento americano. Outros desafios importantes, que trazem incerteza para as perspectivas, são as eleições presidenciais de 2024 e as tensões geopolíticas com a China. Sabe-se que o país busca reduzir sua dependência da China nas cadeias de suprimentos e fortalecer sua competitividade tecnológica.

Entre os países europeus, o Reino Unido teve crescimento ínfimo de 0,1% em 2023, com projeções melhores de 0,6% para 2024 e 1,4% em 2025. A saída do Reino Unido da União Europeia em 2020, conhecida como Brexit, continua a ter um impacto significativo na economia do país. As novas barreiras comerciais e regulatórias geraram incertezas para as empresas, afetando investimentos e o comércio, além de maior escassez de mão de obra, influenciada pela migração limitada. Além disso, o governo britânico tem implementado políticas fiscais contracionistas para reduzir o déficit orçamentário e a dívida pública. A Alemanha não apresentou crescimento em 2023, com taxa nula, enquanto tem performances projetadas de 0,2% em 2024 e 1,2% em 2025. A dependência germânica da indústria do gás russo, que foi afetada pelas sanções impostas à Rússia após a invasão da Ucrânia, é um desafio para a segurança energética do país, o que afeta negativamente sua economia.

Na Ásia, o Japão apresentou um crescimento de 1,8% no seu PIB em 2023. As expectativas para 2024 e 2025 são inferiores a essa taxa, com 0,6% e 1,1% de crescimento esperado, respectivamente. A economia japonesa tem questões socioeconômicas importantes, como envelhecimento populacional e baixa taxa de natalidade, que implicam em altos custos para as contas governamentais e a perda de produtividade no mercado de trabalho.

Gráfico 1 - Crescimento anual (%) do Produto Interno Bruto (PIB) - Países selecionados - 2023 a 2025.



Fonte: Euromonitor/Macro Model Euromonitor Baseline - Atualizado em 09/07/2024.

CENÁRIO NACIONAL

O Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre de 2024 apresentou performance positiva, com crescimento de 0,8% em relação ao quarto trimestre de 2023 e de 2,5% comparado ao primeiro de 2023, com valor corrente de R\$ 2,7 trilhões, segundo dados do IBGE, conforme exposto no Quadro 1.

Do lado da demanda, a formação bruta de capital fixo - FBCF (+4,1%) e as importações (+6,5%) também foram destaques na comparação com o trimestre anterior. A FBCF, que representa os investimentos em bens duráveis, apresentou boa performance no primeiro trimestre (R\$458,8 bilhões), sinalizando uma recuperação gradual da confiança das empresas e o beneficiamento que advém dos cortes da taxa Selic no período, que barateiam empréstimos e investimentos. No mesmo sentido, o consumo das famílias, principal motor da economia brasileira, também apresentou valores significativos (R\$ 1,8 trilhão), crescendo também nas três bases comparativas entre os períodos. Esse resultado indica que o poder de compra das famílias se manteve relativamente estável, apesar da inflação. Tal performance é sustentada pelo mercado de trabalho formal, que apresentou, no primeiro trimestre de 2024, geração de aproximadamente 718 mil vagas com carteira assinada. Esse número representa a maior geração de empregos para o período desde 2021 e contribui para o menor nível de desemprego, na série histórica do primeiro trimestre, em 10 anos, segundo dados do IBGE. Já o consumo do governo não apresentou variação nesse primeiro trimestre ao se comparar com o imediatamente anterior, mas houve crescimento de 2,6% em relação ao mesmo período de 2023. Isso reflete que os gastos do governo federal vêm aumentando nos últimos meses, sinalizando uma política fiscal expansionista, o que é esperado, tendo em vista o histórico de gastos crescentes à medida que se aproxima de períodos eleitorais, os quais ocorrerão em 2024.

Ainda no enfoque da demanda, pode-se observar que o comércio exterior brasileiro, nesse primeiro trimestre, apresentou valores correntes de exportações e importações de R\$ 455,4 bilhões e R\$ 433,1 bilhões, respectivamente, o que resulta em um saldo positivo de R\$ 22,3 bilhões na balança comercial do país nesse período. Porém, é importante estar atento à ressalva de que, proporcionalmente, as importações vêm tendo taxas de crescimentos significativamente melhores que as de exportações nos últimos meses. Um dos fatores que contextualizam esse cenário é a questão da desaceleração da economia global, que impacta as exportações brasileiras. Tal discrepância entre os crescimentos pressionam a balança comercial brasileira, o que é motivo de alerta.

Por fim, no primeiro trimestre de 2024, a economia brasileira apresentou uma taxa de investimento (FBCF/PIB) de 16,9%, enquanto a taxa de poupança (POUP/PIB) ficou em 16,2%. A taxa de investimento de 16,9% indica que, para cada R\$ 100 gerados pela economia brasileira no primeiro trimestre de 2024, R\$ 16,9 foram destinados a investimentos em bens duráveis. Em comparação com

o quarto trimestre de 2023, a taxa de investimento apresentou um acréscimo de 0,9%, reforçando o aumento de investimentos em decorrência de menores taxas de juros. Quanto a taxa de poupança, o resultado foi de 16,2% para o período. Em relação ao quarto trimestre de 2023, a taxa, que havia sido de 12,06%, apresentou expressivo aumento. Vale destacar que as taxas de investimento e poupança estão interligadas: uma alta taxa de poupança pode fornecer recursos para financiar investimentos, enquanto uma alta taxa de investimento pode impulsionar o crescimento econômico e gerar mais renda.

Sob a ótica da oferta, a expansão do PIB foi impulsionada, em parte, pelo setor agropecuário, que registrou um forte avanço de 11,3% no comparativo com o trimestre anterior. O resultado do setor agropecuário no primeiro trimestre do ano se deve a diversos fatores, como o aumento da produção de soja, milho e algodão, favorecido por condições climáticas favoráveis e pela alta dos preços internacionais das commodities agrícolas, ao se comparar com os últimos meses de 2023. Relativo à indústria, a inexpressiva queda de -0,1% reflete, na realidade, o bom desempenho do quarto trimestre de 2023, que resulta em uma forte base comparativa, uma vez que ao se comparar o primeiro trimestre de 2024 com o de 2023, há crescimento de 2,8% no atual. Já o setor de serviços, que representa a maior parcela do PIB brasileiro, apresentou ótimo resultado nesse primeiro trimestre do ano, tendo em vista os crescimentos refletidos nas três comparações temporais demonstradas no Quadro 1, com valor corrente de expressivos R\$ 1,6 trilhão. Esse resultado foi impulsionado principalmente pelo desempenho dos setores de comércio (3,0%), informação e comunicação (2,1%) e outros serviços (1,6%).

Quadro 1 – Produto Interno Bruto e Componentes da Demanda - Brasil - 1º Trimestre de 2024.

Período de Comparação	Indicadores								
	Ótica da Oferta			PIB	Ótica da Demanda				
	AGRO.	INDUS.	SERV.		FBCF	CONS. FAM.	CONS. GOV.	Export.	Import.
1º Trimestre de 2024/ 4º Trimestre de 2023 (%) (Com ajuste Sazonal)	11,3%	-0,1%	1,4%	0,8%	4,1%	1,5%	0,0%	0,2%	6,5%
1º Trimestre de 2024/ 1º Trimestre de 2023 (%)	-3,0%	2,8%	3,0%	2,5%	2,7%	4,4%	2,6%	6,5%	10,2%
Acumulado em quatro trimestres / mesmo período do ano anterior (sem ajuste sazonal)	6,4%	1,9%	2,3%	2,5%	-2,7%	3,2%	2,1%	9,0%	0,8%
Valores Correntes no 1º Trimestre de 2024 (R\$)	192,2 bilhões	573,7 bilhões	1,6 trilhão	2,7 trilhões	458,8 bilhões	1,8 trilhão	442,8 bilhões	455,4 bilhões	433,1 bilhões
Taxa de Investimento (FBCF/PIB) no 1º Trimestre de 2024 = 16,9%									
Taxa de Poupança (POUP/PIB) no 1º Trimestre de 2024 = 16,2%									

Fonte: Contas Nacionais Trimestrais - IBGE. Elaboração Nupe/Unifor.

O PIB do setor Agropecuário registrou queda de -1,10% em 2022, em grande medida, atribuída a redução na produção de soja, arroz e fumo daquele ano, porém registrando uma impressionante recuperação em 2023 com aumento de 15,10%. Essa recuperação expressiva foi impulsionada por uma safra de soja. Para o ano de 2024, a previsão é de uma retração de 1,60%, explicada por intempéries climáticas, em especial a enchente histórica ocorrida no Rio Grande do Sul.

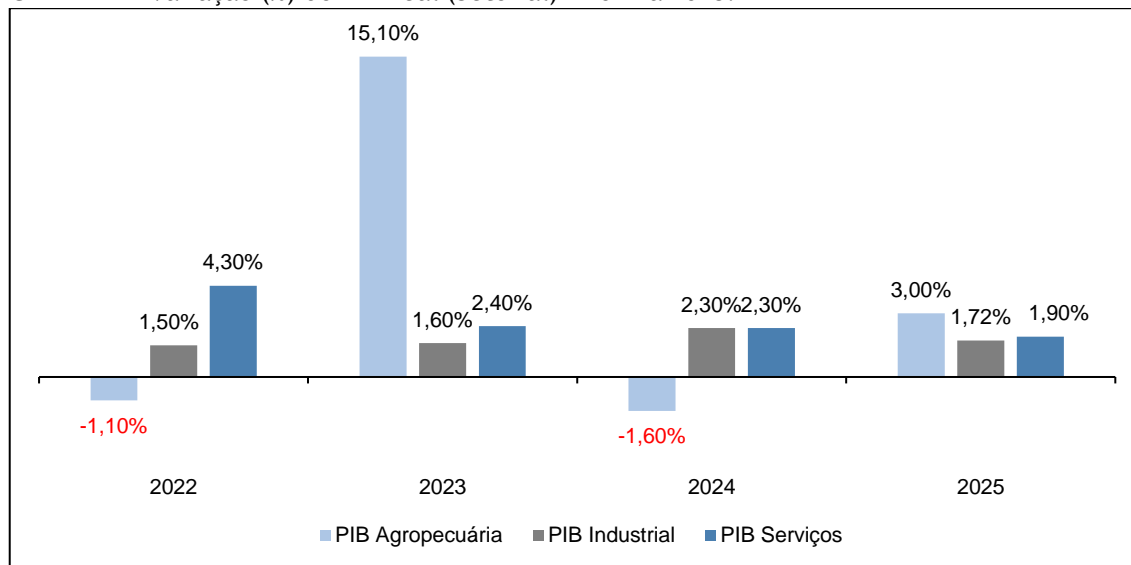
O setor industrial do Brasil enfrentou maiores dificuldades de recuperação no período pós pandemia 2022-2023, em comparação com os outros setores da economia, porém para o ano de 2024 o setor industrial brasileiro deve entrar em trajetória de recuperação mais consolidada, influenciada pela redução da taxa de juros e a implementação de programas de incentivo. O crescimento do PIB da indústria, que era de 1,50% em 2022, apresentou pequena melhora para 1,60% em 2023. Espera-se um crescimento mais robusto, com expansão de 2,30% em 2024.

O setor de serviços brasileiro vem apresentando crescimento impulsionado pelo mercado de trabalho aquecido, implicando em aumento real na massa salarial das famílias o que vem favorecendo o consumo das atividades ligadas ao setor de serviços. Para o ano de 2024, a previsão é de um crescimento de 2,30%.

O Gráfico 2 abaixo mostra a variação percentual do PIB real do Brasil, no período de 2022 a

2025, por setores produtores da economia brasileira.

Gráfico 2 - Variação (%) do PIB Real (Setorial) - 2022 a 2025.



Fonte: IBGE e Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

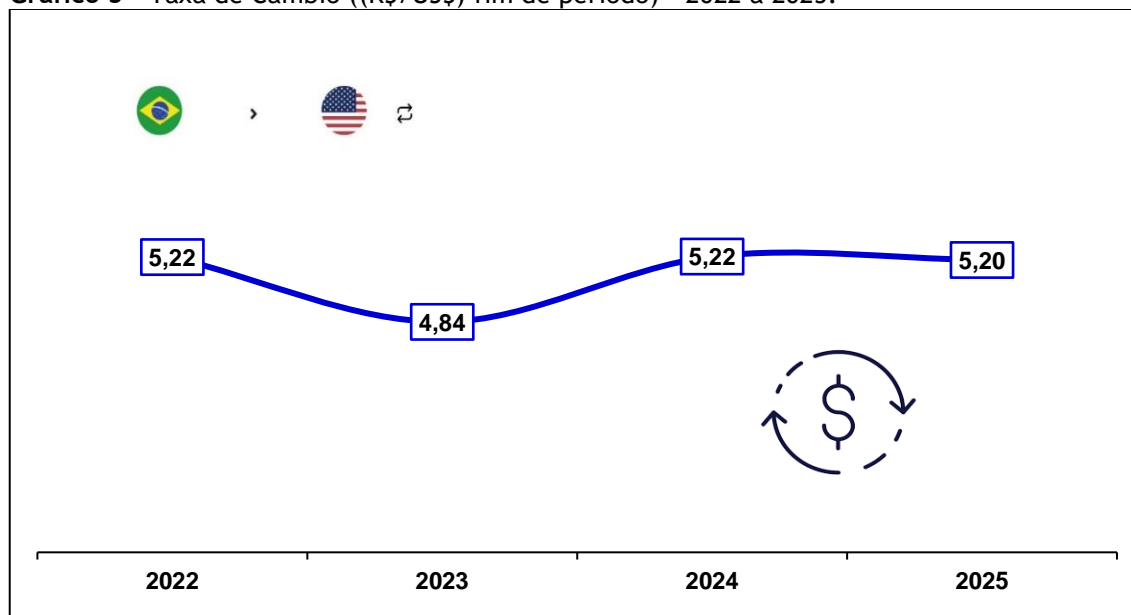
A taxa de câmbio Brasil-EUA, representada pela cotação do dólar em relação ao real, é um indicador fundamental da economia brasileira, influenciando diversos setores, como o comércio exterior, o investimento estrangeiro e a inflação. Nos últimos anos, essa taxa apresentou grande volatilidade, oscilando entre R\$ 5,22 em 2022 e R\$ 4,84, em 2023, conforme apresentado no Gráfico 3, de acordo com dados do Banco Central (Bacen). As projeções para 2024 e 2025 indicam uma relativa estabilização em torno de R\$ 5,20.

Em março de 2024, as expectativas do mercado para a taxa de câmbio Brasil-EUA giravam em torno de R\$ 4,92 para 2024 e R\$ 4,98 para 2025. No entanto, as projeções mais recentes, de julho de 2024, apontam para esse cenário diferente, de aumento para R\$ 5,22 e R\$ 5,20 para os respectivos anos. Essa revisão para cima das expectativas levanta questionamentos sobre os fatores que a motivaram e suas implicações para a economia brasileira.

Nessa perspectiva, a política monetária dos Estados Unidos, com a elevação dos juros pelo Banco Central Americano, torna os investimentos em dólares mais atrativos, o que pode levar à desvalorização do real. Outro ponto é a desaceleração da economia global, especialmente na Europa e na China, que implica na redução de demanda por produtos brasileiros, impactando negativamente o valor do real. Além de que a queda nos preços das commodities, como o minério de ferro e a soja, principais produtos de exportação do Brasil, também deve reduzir a entrada de dólares no país, desvalorizando o real.

Quanto às consequências, há a tendência de as exportações brasileiras ficarem mais competitivas no mercado internacional, devido à queda do real, que pode, também, pressionar os preços dos produtos importados, levando ao aumento da inflação interna. Vale destacar ainda que a incerteza em relação ao futuro da taxa de câmbio pode levar à redução do investimento estrangeiro no Brasil. Dessa forma, em um cenário de desvalorização cambial, o impacto no crescimento econômico dependerá da capacidade do setor exportador de se beneficiar da taxa mais competitiva e da contenção da inflação interna.

Gráfico 3 - Taxa de Câmbio ((R\$/US\$) fim de período) - 2022 a 2025.



Fonte: Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

A Taxa Selic é o principal instrumento de política monetária utilizado pelo Banco Central com impacto direto no controle da inflação em virtude de ser a taxa básica da economia. Quando estabelecida acima do chamado Juro Neutro (aquele que não acelera e nem desacelera a inflação), se diz que o Banco Central está lançando mão de uma política monetária contracionista, ou seja, uma política que visa a desaceleração econômica com o objetivo precípuo de manter a inflação nos níveis prelecionados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

O CMN definiu que a meta para a inflação, a partir de janeiro de 2025, é de 3,00%, mesmo valor vigente para 2024 e que havia sido anteriormente definido para 2025 e 2026. O intervalo de tolerância estabelecido também permaneceu o mesmo: mais ou menos 1,50 ponto percentual em relação à meta, isto é, de 1,50% a 4,50%. Nessa nova sistemática, a verificação de cumprimento da meta de inflação deixa de ocorrer a cada dezembro, passando a ocorrer mês a mês. A meta será descumprida quando a inflação acumulada em doze meses se desviar por seis meses consecutivos do intervalo de tolerância mencionado acima.

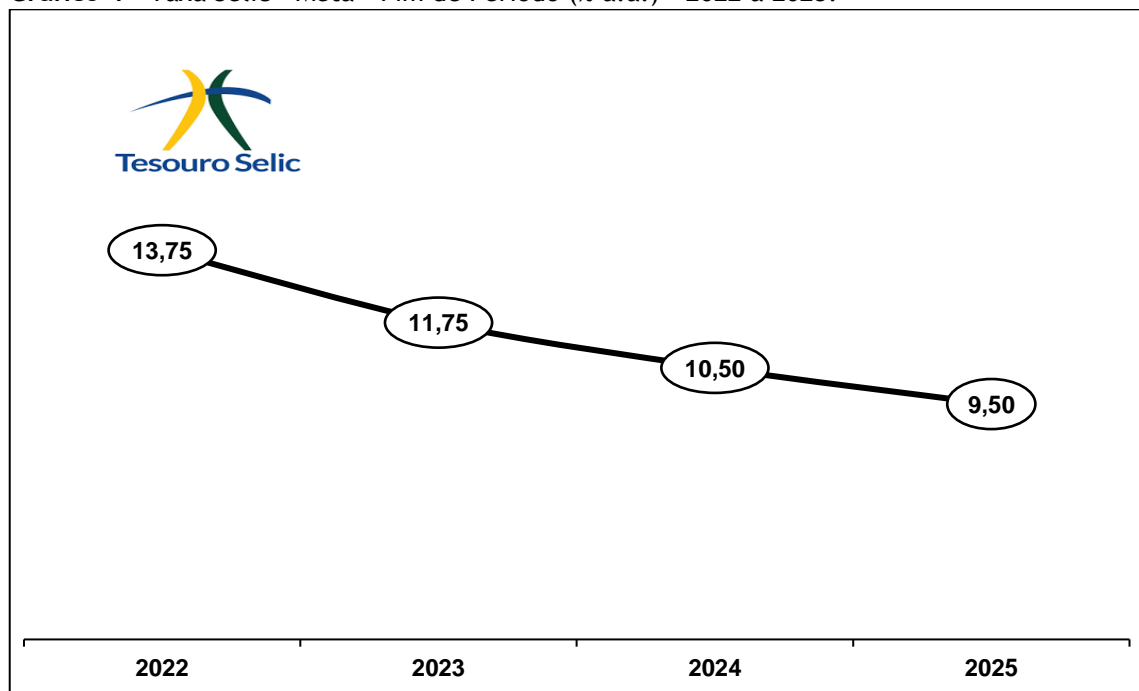
O Gráfico 3 é composto por informações da taxa Selic anual, tanto com as taxas efetivas de 2022 e 2023, como também as expectativas para os anos de 2024 e 2025. Nesse sentido, ao analisar as taxas de 2022 e 2023, verificou-se um ciclo importante de cortes da taxa de 13,75% para 11,75%, refletindo diretamente as ações do Bacen (Banco Central do Brasil) sobre a política monetária no controle da inflação, enquanto as expectativas demonstravam uma tendência de convergir à meta. Neste sentido, o ano de 2023 foi marcado pelo início do ciclo de quedas na taxa Selic, mencionado. Na última reunião, o Copom decidiu pela manutenção da taxa básica em 10,5% apontando para a visualização de um cenário externo mais adverso em razão das incertezas com relação ao ciclo de queda de juros norte-americano, à persistência do processo desinflacionário nas principais economias, e, além disso, observou-se também uma resiliência da atividade econômica doméstica (em contraste com o cenário previsto pelo Bacen) com uma sustentação do consumo ao longo do período.

Para além das motivações apontadas, as incertezas em razão do cumprimento das metas de déficit primário pelo Governo, em torno da sustentabilidade a política fiscal, do próprio cumprimento do arcabouço fiscal e da trajetória da dívida pública, ensejaram um aumento das incertezas e uma desancoragem das expectativas inflacionárias, fazendo com que o cenário para a continuação do ciclo de quedas não se mostrasse mais adequado. Assim, as projeções para a Taxa Selic ao fim do ano de 2024 se elevaram em compasso com as novas projeções inflacionárias (projeções de inflação situam-se em 4,02% para 2024 e 3,88% para 2025) e agora denotam que a referida taxa básica se manterá no patamar atual em 10,5%. As projeções

também representaram uma piora em relação às estimativas anteriores para o ano de 2025, refletindo uma expectativa de 9,5%.

Dessa maneira, o Copom concluiu que o cenário prospectivo atual inflacionário se tornou mais desafiador e vem exigindo cada vez mais parcimônia e uma postura “hawkish” na condução da política monetária, de modo a reforçar a persecução da meta de inflação estabelecida, ressaltando que a manutenção de uma política monetária contracionista em patamar restritivo consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas.

Gráfico 4 - Taxa Selic - Meta - Fim de Período (% a.a.) - 2022 a 2025.



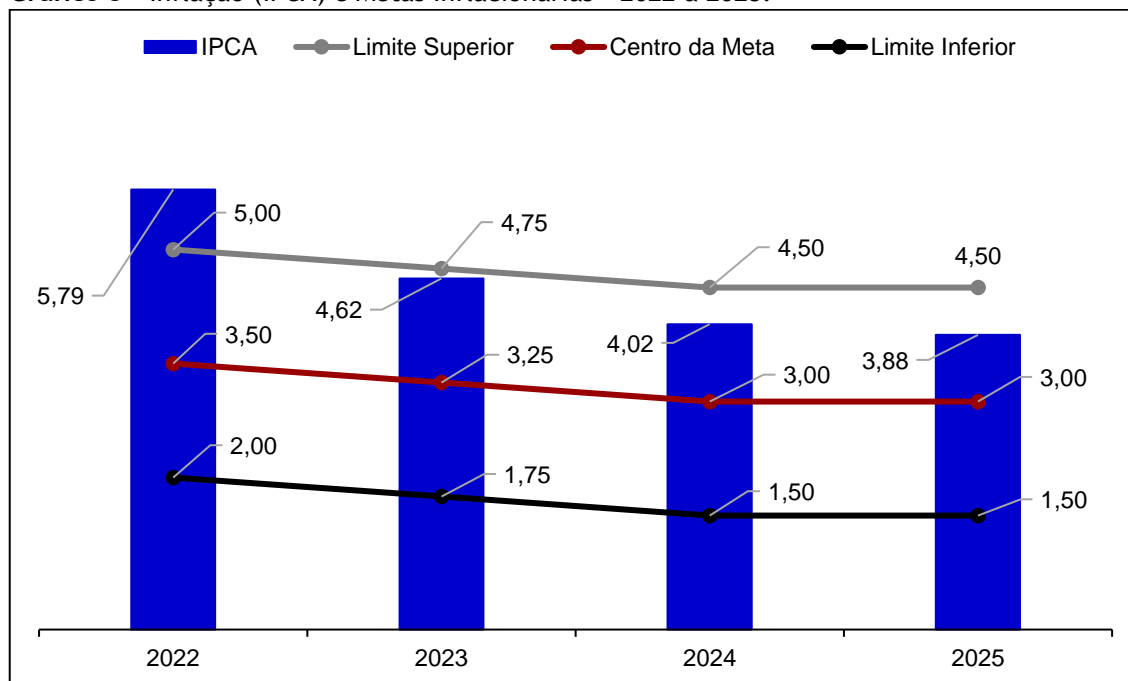
Fonte: Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

A inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), é um dos indicadores macroeconômicos mais importantes do Brasil, influenciando diretamente o poder de compra das famílias e o desempenho da economia. Nos últimos anos, a inflação brasileira apresentou trajetória descendente, esse comportamento tem tendência de continuar para os próximos anos, mas ainda se encontrando acima da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), conforme apresentado no Gráfico 4, que demonstra as taxas efetivas de 2022 e 2023 e as projeções para 2024 e 2025, bem como as metas inflacionárias de cada ano.

Em 2022, a inflação medida pelo IPCA ficou em 5,79%, bastante acima da meta do CMN de 3,50%, ficando acima inclusive do limite superior de 5,00% fixado para aquele ano. Essa discrepância foi influenciada por diversos fatores, como o aumento dos preços dos combustíveis e alimentos, a desvalorização do real e a retomada da atividade econômica. Em 2023, a inflação desacelerou para 4,62%, ficando acima da meta do CMN de 3,25%, mas abaixo do limite superior. Essa desaceleração foi impulsionada principalmente pela queda dos preços dos combustíveis e pela moderação da demanda interna.

Nas últimas semanas, as projeções para a inflação brasileira em 2024 e 2025 apresentaram um aumento significativo. Na terceira semana de março, as expectativas do mercado indicavam 3,75% e 3,51% para os respectivos anos. No entanto, nas últimas estimativas, da primeira semana de julho, essas projeções subiram para 4,02% e 3,88%, respectivamente. Essa revisão em alta levanta questionamentos sobre os fatores que a motivaram e as implicações para a economia brasileira.

Gráfico 5 - Inflação (IPCA) e Metas Inflacionárias - 2022 a 2025.



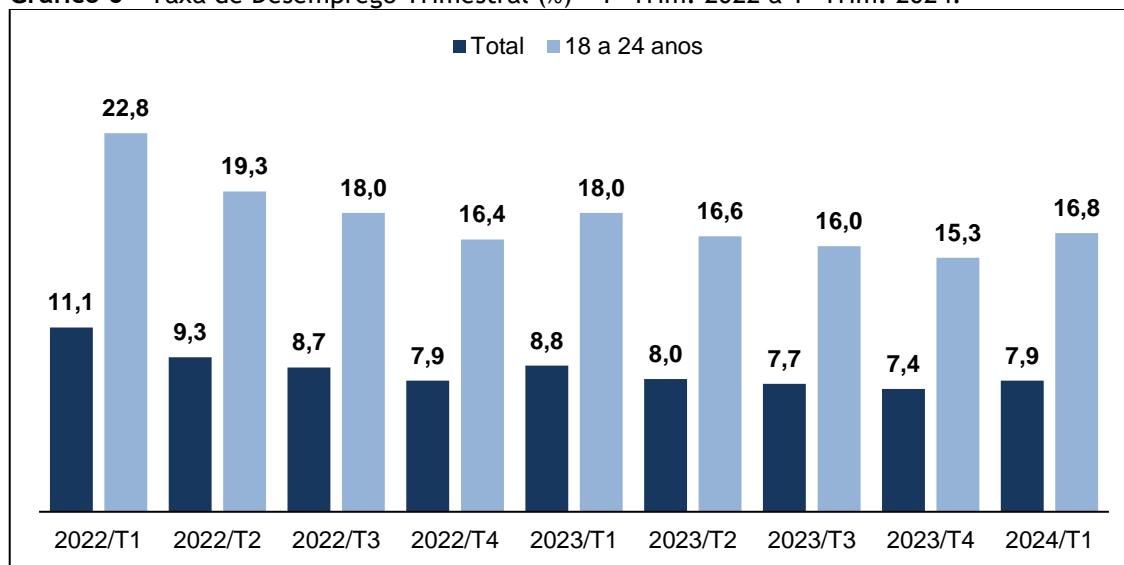
Fonte: IBGE e Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

A taxa de desemprego é um indicador fundamental para avaliar a saúde do mercado de trabalho brasileiro, refletindo a capacidade da economia de gerar empregos e absorver a força de trabalho. A partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, podemos analisar a evolução da taxa de desemprego no Brasil nos últimos trimestres a partir do Gráfico 5 e contextualizar esses resultados com o cenário macroeconômico do país.

Nesse primeiro trimestre do ano, a taxa de desemprego geral foi de 7,9%, inferior aos 8,8% do mesmo período em 2023. No caso dos jovens, a taxa de desemprego no primeiro trimestre de 2024 foi de 16,8%, um pouco abaixo dos 18,0% observados no mesmo período em 2023. De maneira geral, a taxa de desemprego vem apresentando uma trajetória decrescente durante o período considerado. Essa melhora indica uma gradual recuperação do mercado de trabalho, com a criação de novas vagas e a absorção de parte da força de trabalho desocupada. Nesse contexto, o ritmo de crescimento da economia é um dos principais determinantes da taxa de desemprego. Um crescimento acelerado gera mais oportunidades de trabalho, enquanto uma desaceleração pode levar ao aumento do desemprego. A qualificação da mão de obra também influencia a taxa de desemprego, de maneira que trabalhadores com maior qualificação tendem a ter mais chances de encontrar vagas compatíveis com suas habilidades, enquanto aqueles com menor qualificação podem enfrentar dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

O mercado de trabalho formal vem se expandindo lentamente, com a criação de novas vagas em diversos setores. No entanto, o mercado informal ainda representa uma parcela significativa da força de trabalho, com condições precárias de trabalho e baixa remuneração. Logo, o mercado de trabalho brasileiro ainda enfrenta diversos desafios estruturais, informalidade e a baixa qualificação da mão de obra. Superar esses desafios será crucial para promover um crescimento mais inclusivo e sustentável da economia brasileira.

Gráfico 6 - Taxa de Desemprego Trimestral (%) - 1º Trim. 2022 a 1º Trim. 2024.

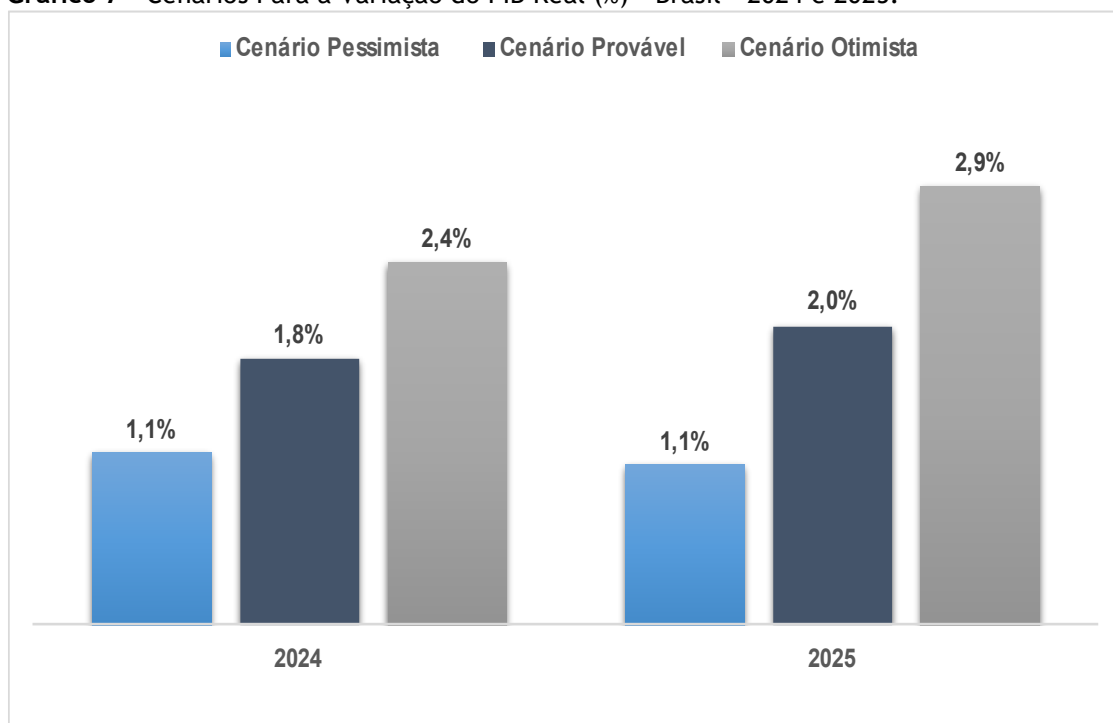


Fonte: IBGE-PNAD. Elaboração: Nupe/Unifor.

O PIB brasileiro no ano de 2024 vem sendo impactado pela alta da taxa SELIC, apesar da trajetória de queda recente implementada pelo Banco Central e do controle da inflação. O nível da taxa de juros SELIC atual de 10,50% ainda é um limitador para os aumentos do consumo das famílias e dos investimentos das empresas. A maioria dos países desenvolvidos ainda está convivendo com um ambiente de juros elevados, a partir de uma política monetária restritiva para controle inflacionário, gerando uma desaceleração do crescimento da economia mundial e aumentando as incertezas nas decisões de investimentos externos no Brasil. Por outro lado, o mercado de trabalho brasileiro mais aquecido em 2024 vem estimulando o consumo das famílias a partir do aumento da massa salarial e do controle inflacionário mantido pelo Banco Central.

Dado o comportamento conjuntural da economia brasileira recente, bem como as previsões de agregados macroeconômicos apresentados neste documento, o Nupe elaborou previsões para o PIB brasileiro, para os anos de 2024 e 2025, em três possíveis cenários (Gráfico 7). A economia do Brasil, para o cenário provável, registrará crescimentos de 1,8% e 2,0%, respectivamente para os anos de 2024 e 2025. No cenário pessimista espera-se crescimento de 1,1%, para 2024 e 2025, enquanto para o cenário otimista espera-se expansões de 2,4% e 2,9%, em 2023 e 2024, respectivamente.

Gráfico 7 - Cenários Para a Variação do PIB Real (%) - Brasil - 2024 e 2025.



Fonte: Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

CENÁRIO LOCAL

O PIB do Ceará registrou um significativo crescimento de 5,26% no primeiro trimestre de 2024 em comparação ao primeiro trimestre de 2023, conforme expresso na Tabela 1, com dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) e IBGE. Esse resultado foi acima do PIB do Brasil, que registrou um crescimento de 2,5% para a mesma base de comparação. No acumulado dos quatro últimos trimestres, o PIB do Ceará registrou um crescimento de 3,31%, enquanto para o PIB do Brasil o acumulado foi de 2,5%, o que demonstra o fortalecimento da economia cearense.

O PIB agropecuário cearense cresceu 2,07% no primeiro trimestre de 2024 em comparação ao mesmo período de 2023.

No trimestre inicial de 2024, a Indústria cearense deu continuidade a sua evolução iniciada no último trimestre de 2023. Entre janeiro e março deste ano, o Valor Adicionado Bruto (VAB) da atividade cresceu, em termos reais, 12,83% na comparação com iguais meses do ano anterior. O desempenho favorável em todas as atividades, o contexto de recuperação após vários trimestres de recuo e a base de comparação deprimida nos períodos anteriores ajudam a explicar os resultados recentes. Considerando os segmentos industriais, a Indústria da Transformação alcançou o segundo trimestre seguido de expansão no seu VAB, após períodos seguidos de queda na produção. No primeiro trimestre do ano, a atividade cresceu, em termos reais, 10,84% na comparação com igual período do ano anterior, se colocando com a principal contribuição para o crescimento de todo setor industrial. Já o segmento de Eletricidade, gás e água preservou seu contexto de crescimento, com alta real de 18,76% no primeiro trimestre de 2024, na comparação com mesmo período do ano anterior. A atividade tem mantido uma trajetória de expansão, dando sequência ao movimento de retomada iniciado em 2023. Neste período, a expansão da geração por fonte solar tem se destacado e, especificamente neste início de ano, o consumo de energia (que repercute nas atividades de distribuição e comercialização de energia) cresceu de modo intenso apoiado no uso comercial.

Relativo aos serviços cearenses, foi registrado um crescimento (+3,87%) no primeiro trimestre de 2024 em relação a igual período do ano anterior, ou seja, um desempenho superior

ao registrado na Agropecuária (+2,07%), mas inferior ao observado na Indústria (+12,83%) na mesma comparação. Este bom resultado observado no primeiro trimestre de 2024 pode ser explicado, principalmente, pelo bom desempenho das atividades de serviços prestados as famílias (+6,46%); comércio e serviços de manutenção e reparação (+6,43%); serviços de alojamento e alimentação (+5,63%) e serviços financeiros (+5,25%). O bom desempenho do setor de serviços cearense contribuiu favoravelmente com o desempenho geral da atividade econômica cearense cujo valor adicionado bruto registrou alta de 5,39% no primeiro trimestre de 2024 comparado ao mesmo trimestre do ano anterior.

Tabela 1 - Taxas de crescimento (%) do PIB e Valor Adicionado por atividades no trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior - Ceará - 1º Trim. 2023 a 1º Trim. 2024 (*).

Setores e Atividades	1º Trim. 2023 (**)	2º Trim. 2023 (**)	3º Trim. 2023 (**)	4º Trim. 2023 (**)	Ano de 2023 (**)	1º Trim. 2024 (**)	Acumulado nos 4 últimos Trim (***)
Agropecuária	-2,99	-7,84	-8,02	-4,74	-6,40	2,07	-7,13
Indústria	-0,17	-3,00	-1,72	8,97	1,09	12,83	4,07
Extrativa Mineral	-0,25	-2,50	-4,27	7,29	-0,03	9,52	2,24
Transformação	-2,97	-9,97	-8,21	4,39	-4,30	10,84	-1,25
Construção Civil	0,93	-0,48	1,69	10,12	3,02	10,81	5,38
Eletricidade, Gás e Água	4,98	11,73	6,97	12,84	9,26	18,76	12,43
Serviços	2,33	1,98	4,44	4,78	3,40	3,87	3,97
Comércio	-0,26	1,87	12,46	10,39	6,13	6,43	8,44
Alojamento e Alimentação	9,34	6,24	4,86	5,59	6,46	5,63	5,56
Transportes	3,45	3,08	3,41	3,87	3,46	3,34	3,43
Intermediação Financeira	1,75	0,30	2,18	5,10	2,35	5,25	3,23
Administração Pública	2,97	2,79	2,49	1,12	2,34	0,85	1,93
Outros Serviços	5,16	2,23	2,78	5,57	3,92	6,46	4,24
Valor Adicionado (VA)	1,71	0,22	2,09	5,16	2,32	5,39	3,23
PIB	1,77	0,38	2,31	5,14	2,42	5,26	3,31

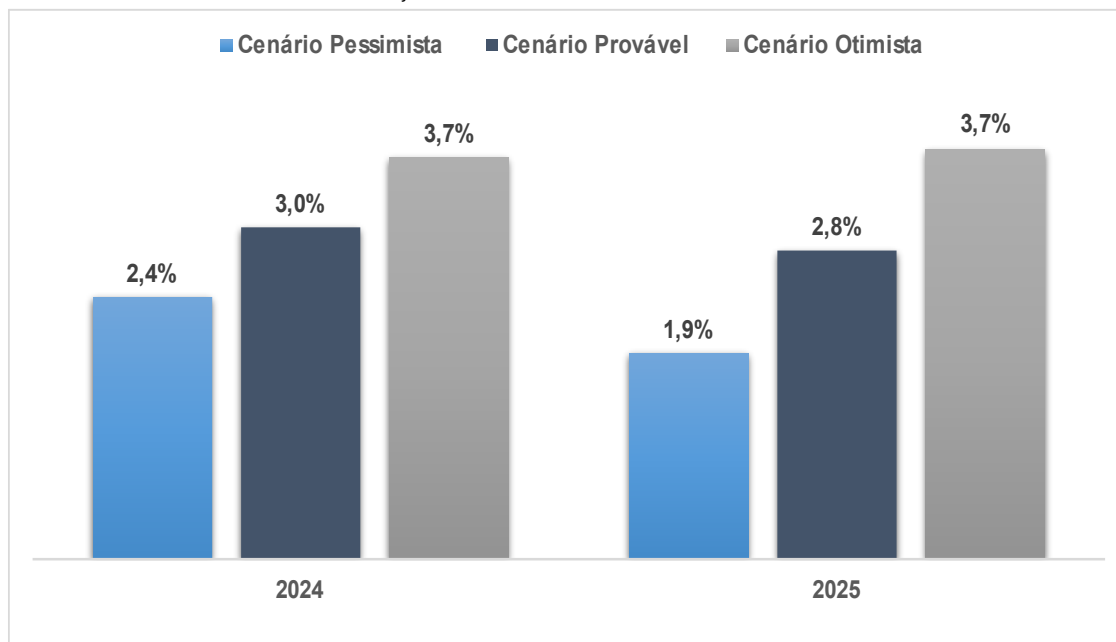
Fonte: IPECE e IBGE.

(*) São dados preliminares e podem sofrer alterações quando forem divulgados os dados definitivos;

(**) Em comparação a igual período do ano anterior.

De acordo com o comportamento do PIB do Ceará e de sua relação com o PIB do Brasil, bem como as análises conjunturais e os cenários apresentados neste documento, o Nupe elaborou previsões para o PIB cearense para os anos de 2024 e 2025, em três possíveis cenários (Gráfico 8). A economia cearense, para o cenário provável, registrará crescimentos de 3,0% e 2,8%, respectivamente para os anos de 2024 e 2025. Já no cenário pessimista espera-se crescimentos de 2,4%, para 2024, e de 1,9% para 2025, enquanto para o cenário otimista, espera-se um aumento de 3,7% em 2024 e em 2025.

Gráfico 8 - Cenários Para a Variação do PIB Real - Ceará - 2024 e 2025.



Fonte: IPECE e NUPE. Elaboração: Nupe/Unifor.

Autores:

Rodrigo Donato Paes
Tasso Rossyne Silva Moreira



REFERÊNCIAS:

BOGLE, John Clifton. **O investidor de bom senso: a melhor maneira de garantir um bom desempenho no mercado de ações.** Rio de Janeiro: Sextante, 2020.

LEITÃO, Davi Meirelles. **Análise Comparativa da Rentabilidade dos Principais Índices da B3 em Relação ao Desempenho do Índice Ibovespa.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Econômicas) - Universidade de Fortaleza, [S. l.], 2024.